



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – UFRN
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – DPP
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JULIANE FREITAS DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS JOVENS EM NATAL/ RN.

NATAL/RN
JULHO DE 2012

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS JOVENS EM NATAL/ RN.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como
requisito para obtenção do Grau de
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA
CLEMENTINO

NATAL – RN
2012

JULIANE FREITAS DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS JOVENS EM NATAL/ RN.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como
requisito para obtenção do Grau de
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

APROVADA: 07 de Julho de 2012.

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino
(orientadora)
(UFRN)

Lindijane de Souza Bento de Almeida
(membro)

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedico esta monografia, primeiramente a Deus, Todo Poderoso, que em todos os momentos esteve ao meu lado, iluminando e guiando.

Aos meus pais Marivaldo de Souza e Shirley de Souza e familiares, que me proporcionaram chegar até este patamar acadêmico, sempre acreditando em meu potencial.

Agradeço ao Sr. Fillipe Coelho, que em todos os momentos está ao meu lado, incentivando e auxiliando- me em minhas potencialidades, seja em minha vida acadêmica ou não.

Aos meus amigos fieis que confiam em minhas capacidades, me auxiliam e torcem pelas minhas vitórias.

“... Aquilo que deve fazer todo príncipe prudente: não apenas prover o presente, mas prever casos futuros e preveni-los com máxima perícia, de modo que seja possível facilmente levar-lhes remédio e não permitir que se delineiem os acontecimentos, porque assim o remédio não chega a tempo, fazendo-se a doença incurável... Acontece o mesmo às coisas do Estado: conhecendo-se com antecedência os males, o que somente aos homens de prudência é concedido, rapidamente se curam; mas quando, tendo sido ignorados, foram deixados em aumento, a ponto de que todos os conhecem, não mais haverá corretivo aos males.”

(O Príncipe - Nicolau Maquiavel)

SUMÁRIO

	Pag.
1. Introdução	09
2. Vulnerabilidade Social e Juventude: conhecendo o debate	12
2.1. O Jovem: uma Introdução Sobre a Questão Social	12
2.2. Debatendo acerca da vulnerabilidade e exclusão social	15
2.3. A Questão da criminalidade juvenil	17
2.4. O poder familiar	20
3.0. Políticas Públicas preventivas destinadas aos jovens no município de Natal/RN	23
3.1. Projeto Guarda Mirim Ambiental	26
3.2. PROERD	27
3.3. Bolsa Atleta	30
3.4. Programa Segundo tempo	31
3.5. Pintando a Cidadania	32
3.6. Projeto Escola Aberta	33
3.7. Projovem	36
3.8. Projeto Soldado Cidadão	41
3.9. CRAS	41
3.10. CONEN	43
4.0. Considerações finais	44
Referências	46

Lista de Quadros

1. Quadro do número de homicídios de jovens no período de 2000/2010	5
2. Quadro dos currículos educacionais do PROERD	9
3. Quadro da distribuição dos materiais resultantes do Programa Pintando a Cidadania	3
4. Quadro informativo dos programas: Segundo Tempo; Bolsa Atleta e Escola Aberta.	5
5. Quadro informativo do Programa Projovem	40

Lista de Siglas e Abreviaturas

CIPAM (Companhia Independente de Proteção Ambiental)

CF (Constituição Federal Brasileira)

CNCG-PM/CB (Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros)

COMADs (Conselhos Municipais Antidrogas)

COMDICA (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

DOM (Diário Oficial do Município)

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

IDCRAS (Índice de Desenvolvimento do CRAS)

IDEMA (Instituto de Defesa do Meio Ambiente)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

ME (Ministério do Esporte)

MEIOS (Movimento de Integração e Orientação Social)

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)

PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

PMRN (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte)

QCG (Quartel do Comando Central)

RN (Estado do Rio Grande do Norte)

SEL (Secretaria do Estado do Esporte e Lazer)

SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades)

SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social)

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

SESED (Secretaria do Estado da Segurança pública e da Defesa Social)

SETHAS (Secretaria do Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social)

SNAS (Secretaria Nacional de Assistência Social)

SPPE (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego)

UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

1. INTRODUÇÃO

A juventude é uma temática complexa e que merece especial atenção, por abranger uma diversidade de eixos possíveis para investigação.

Na sociedade atual cada vez mais, os jovens, são obrigados ao amadurecimento precoce, por diversos motivos, sejam eles, desestruturação familiar, falta de políticas públicas focalizadas que os auxiliem em suas escolhas e oportunidades, falta também de mercado de trabalho com oferta de emprego voltada a esta faixa etária, dentre outros, os quais permeiam a realidade desses jovens. Não é raro que, os jovens tenham que abandonar a escola, para auxiliar na obtenção de renda familiar, deixando de possuir uma qualificação. A ausência da escola pode, no futuro, vir a impedir o jovem de obter um trabalho digno e rentável.

O crescente interesse dos governos pelo jovem em situação de vulnerabilidade pode ser captado através do aumento em ações públicas visando este público alvo, como por exemplo, a elaboração do ECA (Estatuto da Criança e do adolescente), em 1990 e a Política Nacional da Juventude (2006), embora somente recentemente tenha ganhado certo volume, o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, formas de sociabilidade e atuação (Abramo, 1997, Spósito, 2002).

Um questionamento importante é por que os jovens e não os idosos, ou as pessoas na fase adulta? Porque é nesta fase heterogênea que os principais conflitos coexistem com ansiedades acerca do futuro, frustrações, incertezas e vulnerabilidade social. Como por exemplo, o sentimento de fracasso que acompanha o jovem que procura trabalho remunerado e não o consegue representa uma porta aberta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime. É preciso entender o debate atual sobre os subtemas ligados a juventude, tal como vulnerabilidade social, para que possam ser planejadas políticas públicas mais eficientes e específicas para os jovens de cada região, neste caso, o município de Natal/ RN. Políticas essas que precisam ser baseadas em diagnósticos, que mostrem aos planejadores a realidade local.

Através dos diversos meios de comunicação, o tema juventude é bastante explorado. Porém é diferencialmente tratado, muitas vezes, de uma forma

romântica, vinculada aos anos 60¹, apenas uma fase conflituosa, porém por si só passageira. Outros meios de comunicação, com interesses sensacionalistas e/ou programas e jornais policiais, referem-se a esta fase etária como naturalmente envolvida em casos violentos e degradantes, causadoras do problema social e até como consumistas; essa visão está crescente também pelo crescimento da indústria cultural, bastante presente em nosso país.

Abordando esta temática acerca da juventude Dayrell e César R. Carrano, afirmam:

a juventude período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Mais recentemente acrescenta-se uma outra tendência em perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais (Dayrell e Carrano, 2002, p.2).

Apesar de estar entre as dez maiores economias mundiais², o Brasil apresenta preocupantes fragilidades, tais como a desigualdade social, concentração de renda, baixo nível de Bem-Estar social, influenciando ainda mais no aumento da vulnerabilidade social dos brasileiros, especialmente os jovens, piorando o que Amartya Sen conceitua como “privação das capacidades”, a pobreza e seus efeitos.

O texto que segue está presente na Constituição Federal do Brasil, em forma de artigo, no caso o 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, CF, Art.227).

¹ Esta visão romântica está presente no texto de Dayrell e Carrano, 2002.

² Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR), 2011, via BBC.

E segue escrito em seu parágrafo 1º que o “Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente. Admitida à participação de entidades não governamentais e obedecendo a preceitos determinados”, incentivando a participação de diversos atores. No inciso VII, do 3º parágrafo consta que o direito a proteção abrangerá “programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins”.

O objeto de estudo deste trabalho, consiste nas Políticas Públicas direcionadas aos Jovens em situação de vulnerabilidade social, no município de Natal/RN. Com o objetivo de realizar um levantamento dos programas governamentais de políticas públicas focadas na juventude existentes no âmbito dos governos estadual e municipal que estão sendo implementadas na Capital do RN

Para que os objetivos pudessem se concretizar, uma metodologia foi seguida, para a realização da pesquisa. A realização da pesquisa exigiu mais de um procedimento metodológico; dentre estes, em primeiro lugar foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do assunto, posto que vários autores versam sobre o tema da vulnerabilidade social da juventude e a necessidade de políticas públicas para atender a esse público. Num segundo momento foi realizado levantamento de documentos disponíveis em órgãos públicos. O levantamento foi realizado in loco e via sites institucionais.

Desta forma, o trabalho tem a pretensão de discorrer sobre a complexidade dos conceitos de juventude e vulnerabilidade, primeiramente e descrever as políticas públicas existente nos níveis locais de governo (estadual e município de Natal), implementadas no mesmo município e que apresentem o foco da prevenção ao jovem e minimizem a inserção destes no submundo do crime e da marginalidade social.

A monografia está estruturada da seguinte forma: introdução, dois capítulos, considerações finais e referências bibliográficas. No capítulo 1, Vulnerabilidade social e juventude: conhecendo o debate, apresentamos a sistematização das leituras efetuadas sobre o tema. Fizemos uma abordagem sobre a juventude como questão social, debatendo acerca dos conceitos de vulnerabilidade e exclusão social; focamos ainda, na questão da “criminalidade

juvenil” e no “poder familiar” por entender que ajudariam a discernir as intervenções governamentais de prevenção ou combate a violência e a criminalidade juvenil daquelas de caráter “corretivo”.

No capítulo 2, apresentamos as ações governamentais que incidem sobre esse “publico alvo”. As intervenções públicas focadas na juventude foram apresentadas como programas ou projetos desenvolvidos pelo estado federado (RN) e pela prefeitura da Capital. Foi feita uma breve descrição dos conteúdos dessas ações e de suas relações conceituais e financeiras com o governo federal.

Por fim, considerações finais e referências bibliográficas.

2. Vulnerabilidade social e juventude: conhecendo o debate

2.1. O Jovem: uma introdução sobre a questão social

Dentre as fases da vida, das quais estão presentes a infância, juventude, vida adulta e idosa, considera-se a juventude como a mais vulnerável, pois o jovem ainda não se possui o pleno gozo de seu amadurecimento pessoal, ou seja, muito infante para receber as atribuições e obrigações inerentes à vida adulta, porém, capaz de desenvolver atribuições acima de um mundo protegido por seus responsáveis, ficando, deste modo, entre as duas fases mais distintas da vida humana, a infância e a adulta. Com isso, discorre o texto “Juventude, Drogas e Biopolítica” de Alcides Jose Sanches Vergara e José Sterza Justo:

A partir da vida moderna as idades vão estar aí separadas e o jovem vai possuir um status ambíguo; já não é mais criança, mas ainda não é adulto. Ser menor, não adulto, define uma condição social de transitoriedade que faz do jovem objeto de intensos investimentos e de controle dos adultos, da família, da sociedade e do Estado. (Vergara e Sterza Justo, 2011, p.92)

Para determinar o que é ser jovem devem-se observar aspectos objetivos e subjetivos. No Brasil, segundo o IBGE, o corte demográfico determinado para esta faixa, compreende dos 15 aos 24 anos de idade³, sendo este, portanto, o aspecto objetivo. Não sendo, somente, suficiente o conceito desta delimitação etária para findar a classificação, faz-se necessária a análise de componentes subjetivos como os seguintes: aparência física, linguagem corporal e comportamental, a fim de alcançar uma análise mais realista, haja vista que os jovens fazem parte de uma categoria heterogênea, ou seja, possui potencialidades distintas entre si, compondo um mosaico de experiências e vivências, ambas que necessitam de um olhar mais aprofundado para alcançar uma resposta a fim de desenvolver os direitos para os referidos cidadãos. Assim, a Política Nacional de Juventude⁴ define-o da seguinte maneira:

A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). (BRASIL, Política Nacional de Juventude, 2006)

Em vista da complexidade cabível à temática juventude, a importância de planejar, especificamente para estes cidadãos, pode ser cada vez mais facilmente encontrada como objeto de debate e análise, considerando suas especificidades e características. Neste tema, Miriam Abramovay⁵, em seu artigo “Um Novo Paradigma para se Fazer Política”, página 8, discorre que a juventude é uma temática complexa e que merece especial atenção, por abranger uma diversidade de eixos possíveis para investigação. Porém ainda existe pontos preocupantes com relação aos estudos discorridos acima, muitos deles ainda são “ocultados” pela gama de notícias negativas envolvendo situações de violência e criminalidade, as quais impõem uma

³ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf, acessado em 01 de abril de 2012.

⁴ Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas, 2006, aceita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵ Miriam Abramovay - pesquisadora e professora da Universidade Católica de Brasília.

determinada venda sobre as políticas existentes. Ficando suas reais necessidades, práticas e interesses mal compreendidas.

Uma das possíveis explicações para este fato, que é o crescente número de análises acerca desta fase da vida, está o crescimento da participação dos jovens no cenário mundial e no brasileiro após a redemocratização. Também integro que o advento do capitalismo industrial e financeiro, vigentes nas cidades, a globalização, a evolução tecnológica, ambos influenciaram no modo de vida juvenil, criando uma demanda crescente e ao mesmo tempo uma multiplicidade de estilos de vida, peculiaridades próprias e experiências e atitudes distintas do mundo adulto. Por estes serem reflexos das atitudes tomadas ainda durante a fase compreendida entre os 15 e 24 anos, observamos o quão importante é a necessidade da implantação de políticas públicas sólidas e eficientes na área da educação, sociabilização, prevenção da marginalidade, qualificação para o trabalho e familiar. Afinal, os jovens são o fruto e espelho da sociedade brasileira, a qual devida à globalização passa por uma rápida e constante transformação, sendo necessária a criação de oportunidades, visando o objetivo final que seria a solidificação de um país justo e próspero.

No livro “Diálogos na educação de jovens e adultos”, Soares, *Giovanetti e Gomes (2005) afirmam que :*

abordar o tema da vulnerabilidade social é sempre um desafio para todo educador e formulador de políticas públicas, pois são grandes os riscos de sermos, por meio dele, atraídos(as) pelo discurso da caridade. (Soares, *Giovanetti e Gomes, 2005, p.106*).

Esta citação é importante porque incentiva o debate sobre a questão da diferenciação entre políticas sociais e políticas de transferência de renda. No momento em que o debate sobre esta última, é feito como sendo uma questão de caridade e não de auxílio. Como existe no discurso mais conservador que não se podem oferecer os louros do trabalho, sem assim o ter feito. Ou seja, não se pode obter dinheiro quem não possui trabalho. Outro ponto de debate é o qual o sujeito como recebedor passivo das intervenções e ações, seja do estado, da família, da sociedade e demais atores que venham a influenciar sua vida e decisões.

Igualmente a fase juvenil, observamos que os cidadãos mais adultos também se encontram sob aquele espelho, anteriormente citado de uma sociedade globalizada, o qual reflete cada vez mais, diversos e opostos modelos de cidadãos, seja através da mídia ou de novas ideologias, porém aqueles com menor idade estão mais susceptíveis a estes tipos de modelos e com uma intensidade muito superior, por se tratar de uma fase de experiências e descobrimento de novas perspectivas e pouco amadurecimento.

Portanto, é perceptível a importância dos jovens no cenário nacional, sendo, indiscutivelmente, importante a criação de políticas sócio-educacionais, visando à manutenção e viabilização do preparo dos jovens para a vida que os espera. Necessitando, assim, do Estado a iniciativa de planejar e compreender o mundo no qual o jovem está inserido, objetivando políticas que tenham como enfoque os jovens como sujeitos de direitos e não como eventuais focos de problemas sociais.

2.2. Debatendo Acerca da Vulnerabilidade e Exclusão Sociais

A fim de caracterizar situações sociais de pobreza ou marginalidade, inicialmente foi orquestrado o termo “exclusão social”, para objetivar a formulação de políticas públicas, segundo o texto “Aspectos Conceituais de Vulnerabilidade Social” realizado através do convênio MTR- DIEESE.(2007).

O termo vulnerabilidade social está intimamente ligado à situação de pobreza, tanto de pessoas quanto lugares. Estes atores expostos à exclusão social, não tendo direito à voz e nem a direitos fundamentais, dependendo na maioria das vezes de ajuda de outros.

De acordo com Katzman:

As situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. Logo, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos

requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Katzman, 1999; 2001).

A vulnerabilidade, pelos fatos antes discorridos, é uma característica pertinente não somente da juventude, porém é nesta que sua presença é mais facilmente percebida e com maiores efeitos, tanto por existir uma imaturidade pessoal, quanto pela multiplicidade de interesses e ofertas. Ofertas estas que surgem de diferentes direções e com distintos interesses.

Para compreender o tema exclusão social, bem como sua confrontação com vulnerabilidade, se faz que aquela é temporal e espacial. Estando um grupo excluído comparado a outro em determinado espaço, estando excluído também das intervenções políticas, seja de saúde, educação, antidrogas, de emprego, qualquer outra ação social. Enquanto a família não possuir meios para transmitir aos demais familiares suas atribuições básicas, haverá a vulnerabilidade.

Não é incomum perceber que os jovens são considerados por muitos setores como apenas consumidores e clientes, e quando não são clientes em potencial são classificados como problema social.

O poder das mídias esta crescendo a passos larguíssimos, uma vez que estas tem o poder de influência no que se conhece acerca do conceito de qualidade de vida a nível cultural, publicam não somente bens materiais, mas também culturas consumistas e desnecessárias que supostamente é imprescindível para ter qualidade de vida. Daí que, tal como refere A. Walter, (1992),

existe uma ligação estreita entre qualidade de vida e comunicação, ou pelo menos, com a publicidade, criando e impondo necessidades, em nome da qualidade de vida. É, no entanto, no domínio do lazer e do estatuto social que a publicidade mais tenta captar e impressionar os destinatários, por ser através do acesso ao supérfluo e do chamado direito ao prazer que uma parte significativa da população sente atingir a qualidade de vida. (Walter,1992)

Uma diferenciação pertinente neste caso é a capacidade de distinguirmos o termo “causador do problema social” de “vítima social”. Naquele o jovem é observado como potencial delinquente e infrator, o qual não consegue se socializar

e ser mantenedor de suas capacidades por si. Neste o jovem é tido como vítima de uma sociedade manipuladora, capitalista ao extremo e desigual, a qual o vê como fruto de uma falta de planejamento familiar e má educação generalizada.

O que era antigamente denominado como pobreza (falta de recursos materiais), alguns autores denominam como exclusão social. Entende-se como situação de exclusão: a pobreza de alimentos, a ausência de consumo, de liberdade, de direitos, dentre outras. Estando esta em um nível acima do conceito de pobreza.

A falta dos recursos supracitados faz com que o jovem passe a proclamar o inconformismo, reagindo contra o estado de vulnerabilidade social. Vale ressaltar que, esta ação pode iniciar-se no momento em que o cidadão se depara com a falta de bem-estar social, encontra-se com “a privação de suas capacidades”, não obtendo qualificação, oportunidades e meios, ou seja, não conseguindo superar as agulhas da exclusão.

Acerca dessa temática, Mauricio Daltro Costa, em um artigo elaborado em 2003 afirma que “não é a idade que torna o jovem mais ou menos violento, mas, a carga social que ele e sua família são obrigados a suportar pela exclusão social, que os marginaliza e oprime” (Costa, 2003). É a soma dos fatores que faz com que a vulnerabilidade se instale na vida dos jovens, permeando suas escolhas e vida.

2.3.A Questão da Criminalidade Juvenil

Uns dos pontos mais preocupantes com relação às políticas públicas colocadas em práticas pelo Estado são àquelas voltadas para a área da prevenção a criminalidade, vale ressaltar que há uma importante diferença entre prevenção e combate. A primeira são ações realizadas anteriormente à criminalidade, já a segunda é posterior, ou seja, o problema já está implantado, instalado no domínio da família e do Estado.

Internacionalmente a ONU, através do seu documento Nº. A/CONF. 157/24 (parte I), 1990, enfatiza a importância da criação de políticas voltadas para a prevenção da delinquência (criminalidade) nesta determinada fase da vida. Nos termos deste documento a ONU procurou estabelecer em Assembleia Geral a

elaboração de medidas para a prevenção deste problema, com a intenção de ajudar os Estados membros a formular e implantar programas e políticas especializadas, com ênfase para a assistência, proteção e participação da comunidade. Assim, discorre em seu texto, nos princípios fundamentais contra a criminalidade juvenil:

A prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade. Ao enveredarem por atividades lícitas e socialmente úteis e ao adotarem uma orientação humanista em relação à sociedade e à vida, os jovens podem desenvolver atitudes não criminógenas. (Doc. das Nações Unidas n.º A/CONF. 157/24 (Parte I), 1990, Anexo)

Para que isso ocorra, é necessário que o jovem não seja visto apenas como um objetivo de medidas de socialização e controle, e sim, como um cidadão ativo e participativo comunitariamente. Porém, no Brasil, muitas pessoas ainda pensam de forma diferente, a exemplo disto está no decorrer do texto da “Política Nacional de Juventude”, o qual ressalta que existem, no momento, mais de 16 projetos de lei para a redução da maioridade penal e que um deles ainda propõe a redução para os 14 anos de idade. Ou seja, o jovem ainda é visto como um objeto de controle, sendo necessária, deste modo, a aplicação de penas mais severas. Se algum destes projetos for aceito, será que a função social dos presídios, que é a ressocialização, estará sendo feita? Ou será que o jovem sairá da sua pena com uma mentalidade mais criminosa? De forma oportuna decorre o texto sobre a prevenção da delinquência juvenil, do “Jornal Oficial da União Europeia”:

É necessário reduzir a intervenção punitiva do Estado, ativando simultaneamente estratégias preventivas nos domínios da assistência social a menores, política social, mercado de trabalho, ofertas para ocupação dos tempos livres e política municipal em geral. A comunidade e outros grupos da vida social tais como a família, os assistentes sociais, a escola, as organizações sociais, etc., devem ter maior protagonismo na solução do conflito e na procura de alternativas viáveis. (Jornal Oficial da União Europeia, 2006, p. 77)

Muitas são as causas da criminalidade, não havendo, porém, um consenso geral sobre elas, mas, julgo, ao meu saber, sendo as mais importantes:

1. Famílias desestruturadas, as quais não dão o apoio e a atenção necessária ao jovem, surgindo deste modo, casos de desatenção e falta de limites. Levando assim, os jovens irem a buscar maneiras de compensar essas carências familiares, através de grupos com os quais possuem alguma afinidade, surgindo, em algumas vezes, amigos que possuem atitudes transgressoras e que acabam influenciando os outros;

2. Insucesso escolar, neste caso, o jovem acaba sendo estigmatizado como “burro”, “atoa”, etc. fazendo, muitas vezes, com que o referido cidadão acabe sendo facilitado, pelo preconceito dos amigos, a procurar caminhos de comportamentos anticívicos;

3. A exclusão socioeconômica. Este fator é preponderante, pois, em lugares sem as condições desejadas, muito visto em favelas, o jovem é acatado pelo sentimento da angústia e agressividade, tornando-se revoltado contra a própria sociedade;

4. O desemprego, o qual causa muitas vezes desespero e frustração, incentivando o crime para o sustento familiar;

5. Consumo de drogas, este fator fará com que o cidadão, na situação de viciado, recorra a meios delinquentes (roubos, furtos, inclusive no seio familiar) para o sustento de seus vícios;

6. Impunidade, este fator está relacionado à sensação que o infrator sente ao cometer uma ação ilícita, sabendo que o Estado não tem, às vezes, recursos necessários para achá-lo ou investigá-lo, e por vezes não podendo puni-lo, por este não possuir ainda a maioria penal;

7. Segregação Racial, seu objetivo é separar ou isolar certo tipo de pessoa, deixando-a a margem da sociedade. Assim, é notória a quantidade de meios em que o Estado deve intervir, com o objetivo de prevenir a delinquência juvenil. As causas são variantes, porém certas e estão aumentando seu poder de influencia sobre os jovens. O que falta a partir de então, é a efetiva implantação de políticas públicas voltadas para estas largas frechas da sociedade, não permitindo assim, que a cada momento mais jovens penetram no submundo da marginalidade para suprir suas necessidades de consumo ou se abstrair da realidade dura com os problemas vividos.

Deste modo, é cabível no seio do problema já descrito, maiores oportunidades de ascensão profissional (empregos, cursos profissionalizantes, maior número de vagas nas Universidades Federais, etc.), acesso ao lazer, cultura, esporte e educação digna, a qual seja capaz de atender às necessidades intelectuais e cívicas. Anulando, assim, qualquer pretensão da criminalidade crescer entre a população jovem. Nesta linha de pensamento, discorre Valter José da Silva⁶: “Ações do Estado voltadas para políticas públicas contemplando os jovens, diminuirá o fosso social e garantirá um futuro melhor aos jovens, bem como, contribuirá para que estes não venham cometer crimes”.

O Governo Federal, através de seus Ministérios, procura estabelecer programas para o controle de vários problemas, dentre esses programas, encontra-se o Pronasci, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que tem como finalidade buscar ações visando garantir a redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade. Seu público alvo são àqueles compreendidos entre os 15 aos 24 anos de idade, moradores das regiões metropolitanas das capitais mais violentas do país. Um dos fatores que incentivou o Governo a fazer tal programa foi justamente o fato de que enquanto a taxa de mortalidade ocasionada pela violência da população brasileira como um todo decresce, tal fato não é observado para a população acima citada, geralmente explicada pelo alto índice de mortes por armas de fogo⁷. Além dos homicídios, os jovens preocupam por serem vítimas, também, das tentativas de homicídios, lesões corporais, extorsões mediante sequestro e roubo.

Por outro lado, é importante ressaltar que apesar de serem, notavelmente, o grupo social mais atingido pela violência, eles figuram entre os maiores causadores da mesma.

2.4. O poder familiar

Por ser a primeira instituição conhecida pelo ser humano, é dever da família estar, em primeiro lugar, direcionando o cidadão para um caminho ético e

⁶ Capitão da Polícia Militar de Brasília, texto: Fatores sociais como geradores da criminalidade.

⁷ Livro: Juventude e Políticas Sociais no Brasil, Governo Federal.

cívico. A família é, e sempre será, a influência mais eficaz na vida de um ser humano, moldando seu caráter e sua personalidade. Com isso, temos a família como a instituição primária na vida e na formação dos seus membros.

Em acordo com o Artigo 27, da Constituição Brasileira, anteriormente citado, também constitui dever da família assegurar ao jovem os direitos básicos, além de protegê-lo.

É dever tanto do Estado quanto do seio familiar, proporcionar uma qualidade de vida aos seus entes, principalmente suas crianças. Dando-lhes, não só meio de sobrevivência, como abrigo e alimento, como uma educação moral e ética, permeada nos valores corretos.

Em uma era de liberdade e facilidades, é preciso limite, para saber usufruí-las com responsabilidade e inteligência, e a instituição mais eficaz para determinar este limiar é a família. Devendo estar presente desde a concepção, infância, adolescência, juventude e demais fases etárias, educando, servindo de modelo, para direcionar as decisões a serem tomadas pelos seus demais membros.

É preciso compreender que as famílias também são reflexo das diversas esferas da sociedade, juntamente com suas problemáticas, crises e políticas. Sendo um núcleo heterogêneo e misto, contendo relações de interdependência de ajuda e conflitos, estes, em casos mais graves, potencialmente violentos. Por isso não podemos generalizar e fazer intervenções e análises demasiadamente comuns, tendo por base que todas as famílias possuem as mesmas características, podendo ser beneficiária de medidas permeadas pelo senso comum, é preciso conhecer as diversas realidades para então poder planejar uma intervenção eficiente.

Em contrapartida Elisabete Dória Bilac, sabiamente propõe o Capital Social, como resposta e solução para a vulnerabilidade familiar. Para compreender o que corresponde ao termo citado (KAZTMAN, 1999, p.167), o qual conceitua capital social como sendo formado por “relações interpessoais de apoio mútuo, geradas com base em princípios de reciprocidade como ocorre, por exemplo, na organização familiar, na comunidade, nos grupos étnicos ou na religião”. O capital social seria bastante necessário ao seio familiar no momento em que propõe uma interação entre seus membros e suas responsabilidades. Como também o engajamento cívico, fazendo parte destas responsabilidades dos membros.

Quando não há capital social suficiente ou qualquer tipo de vínculo sadio nas famílias nos confrontamos com uma geração de pais que não conseguem cumprir seu papel, por vários motivos, mas principalmente pela perda do prestígio que dantes possuíam dentro desta instituição.

Na falta, então, de uma referência adulta como modelo de ética e postura correta, o adolescente não consegue reorientar a violência interna, as frustrações, sua desorientação, visando um encontro e orientação para tomar suas próprias decisões embasadas nos ensinamentos ofertados durante sua infância e adolescência. Segundo Gomes (2003):

quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar à harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. (Gomes 2003)

É preciso que os membros mais antigos e ditos responsáveis possam direcionar e saber impor limites aos membros mais jovens e ditos mais irresponsáveis. Também cabe às relações interfamiliares a noção de como lidar com as pressões presentes cada vez mais cedo aos jovens atuais.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS JOVENS EM NATAL

Um fator preponderante para o bom sucesso das políticas públicas é o controle social. É através da participação popular, com seu monitoramento, controle e fiscalização, que os órgãos planejadores terão uma visão correta da realidade, não permitindo que intervenções públicas “pré-prontas”⁸ sejam executadas de forma ineficiente.

Um aspecto nefasto da política é a falta de transparência, no momento em que se buscam notícias e informações sobre ações e não as encontramos.

Para que os jovens não iniciem o caminho do crime, nem dos entorpecentes, é fundamental que além de uma família e sociedade bem estruturada, haja políticas que proporcionem a esse um meio de conscientização e oportunidades. Pois um cidadão que tem educação de qualidade, alimento, valores morais, éticos e cívicos, não necessitará de meio ilícito para conseguir seus objetivos, nem que estes sejam materiais.

É dever do Estado, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁹, em seu Artigo 54 assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

⁸ Expressão usada para políticas que possam vir de outros níveis de governo, que são implementadas em outros Municípios ou Estados, sem um diagnóstico para comprovar as demandas e especificidades do local. Não utilizando assim, os recursos públicos, de maneira eficiente.

⁹LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, a qual discorre sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).

No tocante as ações de direitos destes jovens, o mesmo documento resolve, em seu Art. 86, far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, entre os diferentes entes federados brasileiros (União, estados, Distrito Federal e municípios). Estabelecendo que a cooperação deva existir sempre, com vista a maior eficiência e eficácias das ações que protejam, (re)socializem, tratem, ou interfiram na vida dos jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

É mais fácil, barato e prudente proporcionar a estes jovens meios para adquirir valores cidadãos, do que mais tarde, ter que (re)socializá-los ou tratá-los de um vício que poderia ser evitado, mas não foi por falta de vontade política ou apatia com o tema ou por crer ser um papel familiar, educar, encaminhar. Embora seja prudente, a políticas preventivas para os jovens não tem sido o caminho mais rápido, por se tratar de cidadãos heterogêneos e conflituosos consigo mesmos e com suas expectativas e ambições, principalmente em um país que segundo, informações do Ministério da Saúde, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são quase 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as registradas no Canadá, na França ou na Itália.

Existe um bom número de estudos e um alto nível de consciência pública sobre a vulnerabilidade social dos jovens e sobre a elevada concentração dos homicídios na população jovem do país, embora, pelos dados atuais, esse nível de consciência não tenha sido traduzido ainda em políticas de enfrentamento que consigam reverter o quadro atual. Pelo contrário, a vitimização juvenil no país continua crescendo, sendo claro indicador da insuficiência dessas políticas. As taxas de homicídio (em 100 mil) por faixa etária no Brasil (2010) são de 43,7% para a faixa de 15 a 19 anos e de 60,9% para a faixa de 20 a 24 anos. As taxas mais elevadas

concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos se estendendo, de forma também intensa, até os 29 anos (51,6%). No Rio Grande do Norte durante longos anos o estado manteve-se embaixo da linha considerada crítica dos 10 homicídios em 100 mil habitantes. Recentemente, em 2001, ultrapassou-se esse patamar e a partir desse ponto ingressa numa crescente espiral de violência. (WALSELFISZ,2011).

No RN, o número de homicídios jovens (15 a 24 anos) no período 2000/2010 apresentou os seguintes números:

Quadro 01

Rio Grande do Norte: homicídios jovens no período 2000/2010

Anos	Casos
2000	67
2001	99
2002	99
2003	137
2004	116
2005	165
2007	211
2008	281
2009	309
2010	275

Fonte: SIM/SVS/MS; * 2010: Dados Preliminares. IN WALSELFISZ,2011.

A importância e severidade desses níveis de vitimização juvenil constituem um fato relativamente recente, mas não se originaram na última década. O significado desses números pode ser melhor apreendido pelo levantamento das diversas iniciativas governamentais focadas na prevenção social da juventude. Abaixo segue uma descrição dessas políticas públicas existentes no município de Natal, que visam este caminho prudente da prevenção.

(SESED: SECRETARIA DO ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL)

3.1. PROJETO GUARDA MIRIM AMBIENTAL

Projeto, iniciado em 2007, visa um público alvo, os jovens em Natal entre 14 e 17 anos de idade, moradores de áreas carentes e vulneráveis. Sendo mantido através de uma parceria entre o Movimento de Integração e Orientação Social – MEIOS e a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, através da Companhia Independente de Proteção Ambiental (CIPAM) e com o MEIOS (Movimento de Integração e Orientação Social) e o IDEMA (Instituto de defesa do Meio Ambiente). Este Projeto atende cerca de 200 jovens da capital.

As atividades desta ação esta atualmente sendo realizada nas dependências do Quartel do Comando Geral (QCG) da PM e no Parque Estadual Dunas de Natal, onde fica a sede da CIPAM, em dois turnos, em horários diferentes.

Tem como objetivos: Manter o adolescente frequente no ensino fundamental; desenvolver a educação ambiental integrada aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; proporcionar assistência nutricional através do fornecimento de refeições e lanches balanceados que contribuam para a suplementação alimentar (reduzindo a insegurança alimentar) e proporcionar o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, através de ações educativas que permitam ao adolescente a construção de valores éticos e morais.

Com um conteúdo didático, baseado no comportamento e valores militares e ambientais, o projeto visa então, desenvolver nestes jovens a consciência da importância da preservação do meio ambiente e valores cidadãos. Através de atividades diversas, como por exemplo, grupos teatrais, ações voluntárias, reforço escolar, passeios, trilhos ou aulas de campo, as quais sempre com uma base de interação e proteção sejam com o meio ambiente, com a família, com a sociedade coletiva. Proporcionando assim, uma cultura ética e solidária neste jovem, não permitindo que este venha a procurar em meios ilícitos, uma forma de interação

errônea ou maldosa, com criminosos e ou más influencias. De acordo com O Major Túlio, 2009:

O alcance social deste projeto nos leva a acreditar que o investimento nas políticas de apoio ao adolescente e a juventude são sem sombra de dúvidas iniciativas eficazes que combatem a marginalização desse público desfavorecido de oportunidades. (Major Túlio, 2009)

O perfil destes participantes, de acordo com o artigo do Major da PM¹⁰, Túlio César, em 2009, são jovens advindos em sua maioria do município de Natal, sendo 34% da Zona Oeste e Norte, 11% Zona Leste e Sul e os demais 10% restantes da Região metropolitana de Natal.

Outra peculiaridade é a presença de famílias monoparentais, na qual, 37% tem a mãe como provedora do lar. Acerca da renda familiar, ainda de acordo com o Major Túlio, em 2009, 59% das famílias possuíam renda igual ao Salário mínimo, que na época correspondia à R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) e 26% não possuíam renda fixa, obtendo seu sustendo de maneira informal.

3.2. PROERD (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DAS DROGAS):

Um programa de caráter social e preventivo posto em prática em todos os estados do Brasil, por policiais militares devidamente selecionados e capacitados. É desenvolvido uma vez por semana em sala de aula, durante quatro meses em média, nas escolas de ensino público e privado para os alunos que estejam cursando quinto ou sétimo anos do ensino fundamental. É desenvolvido uma vez por semana em sala de aula, durante quatro meses em média, nas escolas de ensino público e privado para os alunos que estejam cursando quinto ou sétimo anos do ensino fundamental.

Em nível nacional o PROERD está vinculado ao Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG-PM/CBM).

¹⁰ Túlio César Alves de Oliveira – Maj. PM. Comandante da CIPAM (COMPANHIA INDEPENDENTE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL)

O público alvo deste programa não se limita aos jovens, sendo a família também incluída em atividades e palestras e em um curso específico para pais ou responsáveis, com duração de um mês.

As atividades aos jovens contem aulas a serem ministradas organizadas no livro do estudante, em 10 (dez) lições de 45 minutos. Sempre o policial comparece à escola fardado, uma vez por semana, ao longo de quatro meses, acompanhado do professor da turma, para ministrar as aulas aos estudantes. Nestes encontros os jovens desenvolvem a autoestima, o cultivo da felicidade, controle das tensões, civilidade, além de ensinar técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos companheiros e às formas de oferecimento de drogas por pessoas estranhas ao convívio das crianças e adolescentes, oferecem ainda aos alunos, informações de efeitos de drogas lícitas e ilícitas. Sendo cada aula planejada e acordo com a faixa etária dos participantes. Como pode ver no esquema abaixo, disponibilizado pelo sítio do programa (acessado em 06/07/2012)¹¹:

Quadro 02

Currículos educacionais do Proerd

¹¹ Disponível em:

http://www.proerd.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_proerd/instituicao/gerados/licoes_do_proerd.asp, acessado em 06.07.2012, às 08h30minh.



Fonte: Sítio do PROERD.

O principal objetivo do programa é preparar os jovens para o mundo exterior a suas casas, proporcionando assim, uma maior confiança para que estes meninos e meninas possam dizer “NÃO”, quando oferecido for algum tipo de entorpecentes ou atitudes criminosas. Para o seio familiar, este programa visa fortalecer os laços presentes nessas entidades, para que o jovem se sinta confortável e tenha segurança de seus familiares, podendo conversar abertamente sobre assuntos que dantes não era possível, por ser taxado por alguns de “tabu” e por entender que quando o jovem se interessa por saber a cerca de atividades ilícitas, significa que esta já esta ativamente envolvido com um meio de criminosos e usuário de drogas. O Proerd tenta alertar que a comunicação é a melhor forma de explicar e orientar que o caminho das drogas e do crime não é o melhor.

No tocante aos instrutores, militares com conduta moral, experiência policial, são escolhidos seguindo um perfil que poderá ser transmitido ao jovem, tais como experiências com voluntariado, não fumante, facilidade de comunicação.

Neste ano, o programa completou 10 anos de atuação, implementado desde 2002, atendendo em média 70.000 crianças, adolescentes e comunidade em geral, de acordo com o sítio do projeto (acessado em 06/06/2012) e presentes em 46 municípios do Rio Grande do Norte.

SEEL: SECRETARIA DO ESTADO DO ESPORTE E LAZER

Em entrevista¹² realizada com a presidente do COMDICA, Sra. Kamila, afirmou a importância de intervenções ligadas aos esportes, por acreditar que esta modalidade é, atualmente, a forma mais rápida e atrativa para os jovens, captando assim, seu interesse pela permanência no programa ou projeto de prevenção.

3.3. BOLSA ATLETA

Visando manter as condições mínimas para que o jovem atleta/Paraatleta tenham condições de participar dos treinamentos e a participação em competições desportivas, com apoio financeiro e técnico, fornecido pelo município. Os critérios técnicos para a concessão da Bolsa Atleta são fixados anualmente com base nos preceitos e nas diretrizes da Política Setorial de Alto Rendimento. Implementado em Natal pela Lei nº 0296/2009, sendo um programa responsável pelo Ministério do Esporte (ME), e cabe a este selecionar os participantes do programa.

Com benefícios variantes, de acordo com quatro categorias, subdivididas entre os níveis do atleta, sendo assim, em nível nacional: Atleta Estudantil, recebe bolsa no valor de R\$ 300,00/mês; Atleta em nível nacional, recebe bolsa no valor de R\$ 750,00/mês; Atleta em nível internacional, recebe bolsa no valor de R\$ 1.500,00/mês e atleta olímpico, recebe bolsa no valor de R\$ 2.500,00/mês, ambos pagos pela Caixa Econômica Federal, durante o período de um ano. Porém no município de Natal o valor da Bolsa Atleta é de no mínimo R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

¹² Entrevista realizada na sede do COMDICA, situado no Bairro de Lagoa Seca, no dia 05.07.2012, pela tarde.

No Município de Natal, o participante do programa, de acordo com o Art. 4º, a Lei de Criação¹³, deverá dedicar-se exclusivamente aos estudos, enquanto discente e ao esporte. Para proporcionar a concessão, renovação e desligamento de atletas integrantes do programa, criou-se a Comissão do Programa Bolsa Atleta – CPBA.

Infelizmente o sítio da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer¹⁴, encontra-se totalmente inacessível, em seus links informativos do programa. Demonstrando assim, uma falta de informação e transparência, prejudicial aos interessados em participar, não contribuindo com os objetivos do programa.

Este programa está incluído neste trabalho, por acreditar que quando um jovem atleta, sem patrocínio, recebe incentivos e financiamentos para continuar no mundo do esporte, não há o interesse de buscar “novas experiências”, a incluir os entorpecente e a criminalidade, uma vez que o atleta/paraatleta tem consciência que poderá perder seu auxílio por não estar em conduta de desportista. Perdendo uma oportunidade de crescer em seu próprio esporte, podendo chegar a atleta/paraatleta profissional.

3.4. SEGUNDO TEMPO

Também no meio dos esportes temos o Programa Segundo Tempo, programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade e risco social.

O programa prevê a reversão do quadro de injustiças e vulnerabilidade social, a universalização e inclusão social dos jovens ao esporte e lazer e a participação.

¹³ LEI PROMULGADA Nº 0296/2009, no Diário Oficial do Município no dia 16 de setembro de 2009.

¹⁴ Disponível em :

http://www.seel.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seel/acoes/gerados/an_bolsa_atleta.asp, acessado em 06.07.2012.

Novamente a falta de transparência é um empecilho para o bom funcionamento de transmissão e informações. O sítio da Secretaria do Estado de Esporte e Lazer, não mantém o funcionamento dos links informativos e não disponibiliza novas informações sobre o funcionamento do programa no município de Natal/RN, apenas em nível federal. Nem sequer a lei de promulgação e se o programa esta possui este registro no Diário Oficial do Município (DOM). O que somente prejudica novos interessados em se inscrever e participar de mais uma ação preventiva indireta, para que o caminho do crime e da marginalização não seja seguido, permitindo que o fosso da vulnerabilidade aumente, cada vez que um jovem não encontra um meio legal de caminhar, longe do submundo do crime e das drogas.

3.5. PINTANDO A CIDADANIA

É um programa desenvolvido pelo Ministério do Esporte, através da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, no município de Natal, envolvendo pessoas em situação de risco social em fábricas de material esportivo. Este programa não limita a faixa etária, podendo existir participantes, tanto jovens quanto adultos. Objetivando a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho.

De acordo com a própria Secretaria¹⁵ os materiais feitos nas fábricas pelo programa (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) são utilizados pelo Ministério do Esporte para a distribuição em núcleos dos programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade e em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior. No município de Natal a distribuição é subdividida pelos programas de esporte e lazer¹⁶;

¹⁵ Disponível em: http://www.seel.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seel/acoes/gerados/an_pintando_a_liberdade.asp, acessado em 06.07.2012.

¹⁶ De acordo com o Ministério do Esportes. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/pintando/distribuicao.jsp>, acessado em 06.07.2012.

QUADRO 3:

Distribuição dos materiais resultantes do programa Pintando a cidadania, anteriores a 2012.

Programas	Entidades	Beneficiados (por pessoas)
Esporte e lazer da cidade	4	121.080
Esporte na escola	46	19.800
Esporte solidário	1	6.050
Esporte para portadores de deficiência	3	1.200
Segundo tempo	13	108.835
Pleitos isolados	83	64.641

Fonte: Ministério do Esporte

Organização da autora

Num país onde as portas do primeiro emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos Estados populares¹⁷, este programa auxilia a profissionalização, mediante forma prática, para que assim, os jovens não precisem usar de meios ilícitos para conseguirem sustento.

3.6. PROJETO ESCOLA ABERTA

Este projeto do Governo Federal, que visa proporcionar aos jovens, programação extracurricular, durante o período dos finais de semana, nas dependências das escolas brasileiras, com a finalidade de proporcionar aos participantes um maior interesse junto com as atividades dessas instituições. O

¹⁷ Juarez Dayrell e Paulo César R. Carrano, em texto publicado em 2011.

público alvo, não são apenas os alunos, e sim, toda a comunidade no entorno e principalmente as famílias dos alunos, para que partilhem da instituição, a fim de diminuir a inclusão social nos bairros, onde este projeto é implementado.

Segundo Thiago dos Santos¹⁸, O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a UNESCO, os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Trabalho e Emprego, desenvolve atividades de lazer, esporte, cultura, arte, informação, formação inicial para o trabalho, geração de renda, entre outras oficinas, em escolas localizadas em comunidades populares nos dias em que não há expediente (sábados e domingos). O projeto também conta com a participação de diversas frentes de diferentes religiões.

No Bairro do Vale Dourado, em 2007 no Município de Natal, as atividades desenvolvidas pelas escolas estão entre futsal, vôlei, teatro e dança, aulas de violão, curso de artes. Estas atividades proporcionam uma maior interação entre comunidade, alunos e escola.

No Bairro do Passo da Pátria, em 2008, as atividades foram mais diversificadas, incluindo futebol, capoeira, desenho e Tae-Kwon Do. Nesta experiência o público mais adulto recebeu Oficina de capacitação profissional, com o objetivo de inserir estes participantes no mercado de trabalho, junto à Secretaria de Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS).

Este tipo de iniciativa permite aos jovens, juntamente com toda comunidade, manter-se com o interesse crescente, com as atividades oferecidas pelas escolas, mesmo durante os fins de semana. Propiciando uma maior interação e socialização dos moradores, com a escola. Sendo proveitosa esta parceria para manter os jovens fora dos caminhos ilícitos.

E por fim da categoria Cultura, Esporte e Lazer, um esquema resumindo os três programas:

¹⁸ Aluno do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN .Entrevista.

QUADRO 4:

	Vinculação		Público alvo
Programa Segundo Tempo	Ministério do Esporte	Promove a permanência do jovem na escola e incentiva à prática de esporte e cidadania.	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.
Programa Bolsa Atleta	Ministério do Esporte	Garantia de auxílio financeiro para atletas e paraatletas, que não possuem patrocinador, porém que demonstram potencial desportivo.	Atletas e Paraatletas, sem patrocínio, que estejam entre as categorias: estudantil, nacional, internacional e olímpico e paraolímpico.
Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	Em escolas de ensino fundamental e médio, proporciona ações extracurriculares, com a finalidade de atender a comunidade.	Aos alunos em geral, comunidade no entorno da escola e familiares dos estudantes.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de informações dos ministérios.

SETHAS: SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTENCIA SOCIAL:

3.7. PROJovem ADOLESCENTE

O Projovem surgiu, na sua primeira versão, em 2005, em caráter emergencial, para atender jovens de 18 a 24 anos com ensino fundamental incompleto, mas que tivesse cursado até a 4^o série e sem emprego formal, visando contemplar a dimensão da inclusão social dos jovens prevista na Política Nacional de Juventude.

Para ampliar o atendimento aos jovens que estavam excluídos da escola e da formação profissional e integrar ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios, em 2007 o Programa foi reestruturado, resultando na unificação de seis programas que na época atendiam à juventude (Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude) e dando origem ao ProJovem Integrado de Juventude.

O Pro-Jovem Integrado entrou em vigor em 2008 e tem como objetivo atender jovens entre 15 e 29 anos, ampliando o atendimento em relação ao anterior, visando a reintegração desses sujeitos ao processo educacional, a sua qualificação profissional e a sua participação em ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

Atualmente, o programa possui várias linhas de ação, com iniciativas diferenciadas de elevação de escolaridade, de qualificação profissional, serviços socioeducativos e trabalho comunitário, compreendendo quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

O ProJovem Adolescente é concebido como um serviço socioeducativo de convívio social que integra as ações de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, sendo ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou a ele referenciado. Destina-se a jovem de 15 a 17 anos pertencente a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social; egressos de medidas socioeducativas de internação ou que estejam em

cumprimento de outras medidas dessa natureza; egressos do PETI ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem como intenção oferecer mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa integra, portanto, a obrigatoriedade da frequência escolar com atividades socioeducativas, que incluem formação geral para o mundo do trabalho e atividades voltadas para a melhor integração do jovem na comunidade.

O programa é constituído por atividades semanais organizadas em encontros e oficinas de convívio e de formação técnica geral, desenvolvidas num período de 24 meses em horários alternados ao da escola, totalizando 1200 horas. O seu traçado metodológico articula três eixos estruturantes: a convivência social, a participação cidadã e o mundo do trabalho, introduzindo conhecimentos sobre direitos humanos e socioassistenciais; trabalho; cultura; meio ambiente; saúde e esporte e lazer.

Tem como preocupação a preparação desses jovens para o mundo do trabalho, prevendo a orientação para a construção de uma trajetória profissional que privilegie a inclusão digital e a valorização de alternativas de trabalho e de geração de renda, bem como a manutenção do seu público-alvo na escola. Cabe destacar que o Projovem Adolescente não prevê o pagamento de uma bolsa diretamente ao jovem, sendo repassado um benefício adicional de R\$30,00 às famílias beneficiárias que tenham entre seus membros adolescentes de 16 e 17 anos, até o limite de dois benefícios por família.

Dentre os compromissos exigidos aos participantes do programa, destacam-se a frequência escolar mínima de 75% para jovens entre 16 e 17 anos e de 85% para jovens com 15 anos; a frequência de 70% das atividades do Projovem Adolescente e o respeito às normas de convivência do serviço socioeducativo.

O ProJovem Urbano destina-se aos jovens de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental. Tem como finalidade proporcionar formação integral aos jovens, buscando sua reinserção escolar e profissional, por meio da integração entre a formação básica para a elevação da

escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, com certificação de formação inicial e a participação cidadã, com desenvolvimento de experiências de atuação social na comunidade.

O Programa, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem duração de 18 meses, organizado em três ciclos, sendo que cada ciclo é composto por duas unidades formativas. A carga horária total prevista é de 2000 horas, sendo 1560 presenciais e 440 não-presenciais.

Em âmbito local, é desenvolvido por meio de parcerias com as prefeituras, no caso de municípios com população igual ou superior a 200.000 habitantes, e com os Estados para atuarem em municípios com população inferior a 200.000 habitantes. O programa prevê o repasse de um auxílio financeiro de R\$ 100,00 por mês aos jovens participantes, mediante comprovação de 75% de frequência às aulas e entrega de 75% dos trabalhos exigidos pelos professores. Para certificação é exigido aproveitamento e existe uma pontuação específica, sendo que para a certificação do ensino fundamental é exigido um exame nacional externo.

O ProJovem Trabalhador¹⁹, executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, beneficia jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até um salário mínimo e que estejam cursando ou tenha concluído o ensino fundamental ou o ensino médio, mas não esteja cursando o nível superior.

Tem como objetivo prepará-los para o mercado de trabalho para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho. O curso tem duração de seis meses e os jovens participantes com frequência escolar regular recebem uma bolsa-auxílio de R\$100,00 (cem reais) mensais. Para certificação profissional é necessária a frequência de 75% do total da carga horária prevista.

¹⁹ Embora o programa tenha como preocupação central a capacitação para a inserção no mercado de trabalho, não se articulando à dimensão educacional, optou-se por descrevê-lo nesse item por integrar uma das modalidades do Projovem Integrado.

O programa é composto pelas submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Escola de Fábrica. A primeira refere-se à participação direta dos Estados, Distrito Federal e Municípios no atendimento aos jovens. A segunda, Consórcio Social da Juventude é executada em parceria entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE do MTE com entidades privadas sem fins lucrativos, mediante convênios, para atendimento aos jovens. A terceira é caracterizada pelo fomento de ações empreendedoras como alternativas de inserção no mercado de trabalho. Nessa submodalidade, as atividades além de atenderem o público-alvo do Projovem Trabalhador, também contemplam jovens que estão cursando ou tenham concluído o ensino superior. Por último, a Escola de Fábrica refere-se à integração de ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo.

Apesar do desenho do programa prever essas quatro ações, atualmente apenas as submodalidades Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã estão regulamentadas.

A seguir o resumo, em forma de esquema pro Programa Pro-jovem:

QUADRO 5

Projovem Integrado – critérios, benefícios oferecidos, abrangência e posição de atendimento

Modalidade Projovem	Faixa etária (anos)	Crterios de seleçao	Beneficio oferecido	Valor e prazo de recebimento do auxilio financeiro	Abrangência	Situaçao
1. Urbano – SNUJSGPR	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Saber ler e escrever Não ter concluído o ensino fundamental Ser membro de família com renda mensal <i>per capita</i> de até meio salário mínimo 	<ul style="list-style-type: none"> Certificação do ensino fundamental Formação profissional Desenvolvimento de atividades de participação cidadã 	R\$ 100,00/mês Período: 20 meses	Municípios com mais de 200 mil habitantes conveniados diretamente com o governo federal Municípios com menos de 200 mil habitantes, conveniados via estados	163.924 alunos matriculados até maio de 2009
2. Trabalhador – MTE	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Ter frequentado o ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, com conclusão do ensino fundamental ou médio, em situação de desemprego Pertencer à família com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo 	<ul style="list-style-type: none"> Profissionalização Experiências em ações comunitárias 	R\$ 100,00/mês Período: 6 meses	Nacional, funciona por meio de adesão de estados e municípios	A única ação executada com orçamento do Projovem Trabalhador foi a modalidade Juventude Cidadã Em dezembro de 2008, 87 municípios, 14 estados e o Distrito Federal assinaram o termo de adesão, possibilitando a qualificação de 188.760 jovens no decorrer de 2009
3. Campo – Saberes da Terra (MEC/MDA)	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhador na agricultura familiar Saber ler e escrever Não ter concluído o ensino fundamental Não estar matriculado em curso regular 	<ul style="list-style-type: none"> Elevação de escolaridade Qualificação profissional inicial em produção rural Certificação em ensino fundamental Qualificação profissional inicial em produção rural familiar 	R\$ 100,00/mês Período: 12 meses	Municípios localizados nos <i>Territórios de Cidadania</i> e em 19 estados da federação – AL, BA, CE, MA, PE, PA, PI, RN, SE, MT, MS, SC, PR, MG, ES, AM, PA, RO e TO	Foram ofertadas 35 mil vagas em 2008 e encontra-se em processo de publicação a resolução para atendimento da meta de 2009 – 48.377 jovens aguardando a publicação pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – posição julho de 2009
4. Adolescente – MDS	15 a 17	<ul style="list-style-type: none"> Pertencer à família em condição de extrema pobreza e beneficiária do Programa Bolsa família Ter frequência escolar de 75% Ser egresso ou estar cumprindo medida socioeducativa aplicada a adolescente em conflito com a lei Ser egresso do Peti Ser egresso ou vinculado a programas de combate ao abuso e à exploração sexual 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades socioeducativas Introdução a conhecimentos sobre o mundo do trabalho Desenvolvimento de habilidades gerais e estímulo a práticas associativas 	R\$ 30,00 pago às famílias com jovens de 16 e 17 anos Cada família pode receber até no máximo dois benefícios deste tipo, totalizando R\$ 60,00	Nacional, mas os municípios são selecionados por meio de alguns critérios como: possuir pelo menos um Cras e reunir, no mínimo, 40 adolescentes cujas famílias recebam o Bolsa Família	Até novembro de 2008, foram instaladas 17.557 turmas, sendo preenchidas 438 mil vagas

Fonte: Ministérios Setoriais

Elaboração das autoras²⁰

²⁰ Disponível no livro: Juventude e políticas sócias no Brasil. Construção a partir de dados de diversos Ministérios e elaboração das autoras: Enid Rocha Andrade da Silva e Carla Coelho de Andrade.

3.8. PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Busca a capacitação e formação dos jovens. Criado em 2007, através da iniciativa do Ministério de Emprego e Formação Profissional em parceria com o Ministério da Defesa Nacional. Garantindo aos jovens que se encontram prestando serviço militar, políticas de profissionalização, para que no momento do término deste serviço, tenham melhores condições de entrar no mercado de trabalho e não o caminho do crime, usando os conhecimentos adquiridos nas forças armadas. Usufruindo dos valores morais, éticos e cívicos no período militar juntamente com a qualificação profissional no competitivo mercado de trabalho.

Com uma Carga horária mínima de 160 horas, preferencialmente nas áreas profissionais de Telecomunicações, automobilística, construção civil, eletricidade, informática. Presentes em três instalações do SENAI RN (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial): CTGÁS, localizado no Bairro de Lagoa Nova; CTI Aluizio Alves também em Lagoa Nova e o CET Construção Civil Rosária Carriço localizado em Nova Parnamirim.

3.9. CONEN (Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio Grande do Norte)

Seguindo a linha antidrogas do Proerd, o CONEN, prepara os jovens contra o uso abusivo de álcool e o uso de outros entorpecentes. Porém não somente previne, mas também, supervisiona, controla e fiscaliza as atividades relacionadas com o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias outras que determinem dependência física ou psíquica. O papel de recuperação e reinteração deste jovens na sociedade também é realizado pelo Conselho.

Criado pelo Decreto nº 10.166, de 16 de setembro de 1988, sendo um órgão normativo de deliberação coletiva aos sistemas Federal e Estadual de Entorpecentes, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED). No município de Natal foi criado pela Lei 5.549/2004, de 03/02/2004.

O Conselho promove e incentiva a regionalização das atividades, dentro das políticas de descentralização, criando assim, os Conselhos Municipais Antidrogas, os COMADs, objetivando que cada município tenha seu Conselho.

De acordo com seu regimento interno²¹ (1990), o Conselho, “reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou de um terço de seus membros”.

Neste documento está presente os oito objetivos do Conselho:

I – formular a política de entorpecentes em obediência às diretrizes do Conselho Federal de Entorpecentes, compatibilizando-a com os órgãos dos governos Federal e Estadual, para sua exata consecução;

II – estabelecer prioridades nas atividades dos Sistemas, através de critérios técnicos, financeiros e administrativos;

III – manter estrutura administrativa de apoio à política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes;

IV – estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Federal, a fim de facilitar os processos de planejamento e execução de uma política racional de prevenção e fiscalização ao uso de entorpecentes, bem assim, visando a recuperação dos dependentes.

V – estimular pesquisas, objetivando ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização do tráfico ilícito e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica;

VI – promover a realização, por especialistas ou profissionais de comprovado saber nas atividades legadas ao uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, de cursos periódicos de Especialização destinados a habilitar professores de 1º e 2º graus e de Nível Superior, em convênio com o Conselho Federal de Entorpecentes, com a finalidade de que possam ser transmitidos conhecimentos da matéria, com observância dos princípios estabelecidos, e que atendam, de maneira uniforme, aos propósitos do Sistema instituído;

²¹ Regimento este que pode ser encontrado no sítio do CONEN.

VII – desenvolver política de orientação junto a entidades privadas que atuem na assistência a dependentes de substâncias entorpecentes, no sentido de melhor capacitá-las a atingir seus objetivos;

VIII – direcionar seus recursos para atividades de prevenção e recuperação de dependentes de substâncias entorpecentes, que disponham de meios para essa finalidade.

A política de prevenção²² faz-se por meio da descentralização e da parceria entre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas com debate de antidrogas, a participação da sociedade civil organizada e demais atores sociais. O Conselho possui diretrizes baseadas na continuidade das informações e ações exercidas pelo mesmo. Estas propõem a parceria entre vários atores, para que juntos possam alertar os jovens vulneráveis e não, dos malefícios do uso de entorpecentes.

3.10. CRAS (CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Funcionando como uma unidade pública da política, descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de assistência social, de base municipal, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Vinculada a o Sistema Único de Assistência Social (Suas), tendo como função organizar as ações dos serviços da assistência social básica de ações locais, onde está presente a vulnerabilidade. Com as funções de Gerir a proteção social básica do território e ofertar o programa PAIF.

O principal serviço e que é obrigatoriamente ofertado pelo Cras, é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que objetiva em seus conjunto de ações, proteger os laços familiares, aumentando o vínculo familiar, impedindo suas desestruturalização e promovendo um incentivo o uso dos direitos dos cidadão, em benefício das famílias; auxiliar a aquisição de bens matérias e

²² Disponível em:

http://www.conen.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_conen/instituicao/gerados/prevencao.asp,
acessado em 06/07/2012.

meios próprios para que estas famílias possam alcançar a autonomia de suas finanças.

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social²³, existiam em 2009 cerca de 3.920 CRAS - o que possibilitaram referenciar mais de 14 milhões de famílias e promover o atendimento anual de 2,5 milhões de famílias. Se somarmos a esses CRAS os que são cofinanciados por Estados, DF e Municípios, chegamos a 5.128 CRAS, em 3.808 municípios.

No Município de Natal, existe cerca de oito Unidades de Públicas de Rede de Proteção Social Básica, espalhadas por Bairros diferentes²⁴, porem inseridos no contexto de vulnerabilidade social e mais dezessete unidades conveniadas.

Para sistematizar as características de funcionamento dos CRAS, foi criado o IDCRAS (Índice de Desenvolvimento do CRAS). Criado em 2008, pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), e é composto pela combinação dos seguintes Indicadores Dimensionais: Atividades realizadas. Horário de funcionamento; Recursos humanos e Estrutura física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a juventude, o período da vida humana mais fortemente marcado pelo conflito interior, que vem acompanhado por parte da família e da sociedade de uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Permeando o debate da consideração errônea de que o jovem, com suas irresponsabilidades, é causador dos conflitos sociais, uma vez que não consegue lidar com suas emoções e decisões, devido sua volubilidade e, em alguns casos, imaturidade, característica desta fase da vida.

²³ Presente na publicação técnica para Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/

²⁴ Disponível em:

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/bsm_mapas/01.php?p_botao=Servi%C3%A7os+P%C3%ABlicos&p_ibge=24&mu_ibge=240810&p_servico=0&uf_ibge=24, acessado em 07.07.2012.

Dentro do quadro nacional de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e geradora de grandes demandas de políticas públicas que possam promover a garantia de seus direitos e assegurar-lhes socialmente o futuro.

É tanto responsabilidade do Estado, quanto da Família, das Mídias, das Igrejas, da Comunidade, e todos os demais atores sociais, promover em conjunto, a preservação dos direitos dos jovens. Por acreditar que se os jovens vulneráveis possuírem ações e políticas concretas em suas expectativas acerca do seu futuro profissional e educacional, não terá espaço para o conflito interno, sobre os valores. Para que sejam realizadas políticas eficientes, é preciso conhecer a realidade, através de diagnósticos precisos, contando com a participação da população, para que o senso-comum, não baseie ou oriente política pública.

A família é tratada como um poder tão grande quanto Legislativo ou o executivo, por ser nesta instituição que o jovem mais convive. E no momento em que esta não inculca valores morais e éticos, nem apresenta disposição para uma boa estrutura psicossocial e econômica, os conflitos internos e as más influências prevalecem na conduta dos jovens. É preciso diálogo no seio familiar, um diálogo que não tenha vergonhas nem pudores, porém respeito, para que se possa haver uma ligação de confiança entre esses jovens e suas famílias.

Quando o Estado é negligente e ineficiente e a família desestruturada, o que resta aos jovens, senão a falta de limites, o descaminho? É preciso união de esforços e vontade de mudar estas práticas que consideram os jovens, como problema social e olhar para eles como são, o futuro do país.

Ao longo da pesquisa foi possível a percepção da falta de transparência por parte dos órgãos públicos, produtores ou implementadores das políticas, não somente com a questão financeira, mas principalmente com informações gerais que orientem o ciclo da política e lhe garanta o controle social. Deste modo a participação do público alvo não é feita de modo igual; é feita desigualmente no sentido que, somente algumas parcelas de jovens terão o conhecimento desta ação, o que de certa forma retira sua natureza, à priori universal: selecionando os jovens que irão participar das políticas.

O mercado de trabalho nesta fase da vida é restrito e necessita-se de

experiências que nem pelo tempo nem pela falta de capacitação foi adquirida. É preciso capacitar a juventude para que por si só consigam sustentar suas futuras famílias com o valor de seus esforços. Para que o sentimento de fracasso não acompanhe os jovens, que procuram trabalho remunerado e não o conseguem. A vulnerabilidade social em sua forma mais funda, a “desfiliação social” representa uma porta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime.

Com este trabalho, não se pretendeu, extinguir o debate acerca da vulnerabilidade social e políticas preventivas destinadas aos jovens e sim fomentá-lo, por acreditar que somente com a participação efetiva da população e dos órgãos competente é que podemos juntos, melhorar a qualidade de vida e de futuro dos jovens brasileiros. Listamos os diferentes programas governamentais (estaduais e municipais) desenvolvido pelo poder público em Natal, focados na juventude. Apresentamos aqueles que consideramos como capaz de realizar prevenção social, em contraponto á ideia de punição.

Por fim, concluímos que é preciso mais vontade políticas e investimento público para a sociedade usufruir da prevenção em políticas públicas como meio de socialização dos jovens, evitando que entrem no mundo da criminalidade, dos entorpecentes e da marginalização. Enfim, políticas que abarquem o educacional e o profissional, políticas de estruturação familiar, políticas de proteção aos jovens. É isto que falta para suprimir a violência e a vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Goerch, Alberto Barreto. **Políticas Públicas como instrumento de prevenção de jovens contra a marginalização**. Faculdade Metodista do Sul – FAMES/ X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 2009

ALMEIDA, Paulo Henrique de e Carvalho, Inaiá Maria Moreira de. **Família e proteção social**. São Paulo Perspec. jun. 2003, vol. 17, n.º 2.

BRASIL, Constituição Federal, Artigo .27.

BRASIL, Política Nacional de Juventude, 2006.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

BRUXELAS. União Européia. Jornal Oficial da União Europeia. **Parecer do Comitê Econômico e Social Europeu sobre: A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia. Bruxelas, 2006, C 110, p. 75-82**

CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

Castro, M. G. e M. Abramovay (2002): «**Por um novo paradigma de fazer políticas públicas — políticas de/para/com juventudes**». Revista Brasileira de Estudos Populacionais, V. 19, Nº2. São Paulo.

Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR), 2011, via BBC

Costa, Flávia Dalla. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 – 2007**. Revista de Educação do IDEAU, v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009 Semestral.

COSTA, Mauricio Daltro. **Violência juvenil, resultado da marginalização da juventude pela sociedade de consumo**. Jus Navigandi, Teresina, [ano 9, n. 279, 12 abr. 2004](#). Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/5076>. Acesso em: 25 jul. 2012.

Dayrell, Juarez e Carrano, César R. (2002): «**Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**». Texto apresentado na 25ª reunião da ANPED, Anais 2002.

Dos Santos, Thiago do Nascimento. **Projeto escola aberta: uma experiência socializante e Integradora na construção da identidade de comunidades Populares de natal/RN**. UFRN. 2009

Edital de chamada pública para credenciamento, seleção e Contratação de instituições sem fins lucrativos Executoras de ações de qualificação social e profissional - qsp, para execução do projeto juventude cidadã, no âmbito do programa projovem trabalhador, no município do natal. Termo de referencia. Prefeitura Municipal de Natal, Março de 2010.

Gomes Mônica Araújo. **Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003

Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C. de; Andrade, Carla Coelho de (Orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil** – Brasília : Ipea, 2009.303 p. : gráfs., tabs.

KAZTMAN, R. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos.** Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.

Leal, Carla Manuela da Silva. **Reavaliar o conceito de qualidade de vida.** Universidade dos Açores, 2008.

MTR- DIEESE. **Aspectos Conceituais de Vulnerabilidade Social.**..2007.

Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** – 1. ed. – 2009. 72 p.

Perlman, Janice E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro; tradução de Waldívia Marchiori Portinho** | prefácio de Fernando Henrique Cardoso | Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. “The Myth of marginality”.

Sales, Mione Apolinario; Matos, Maurício Castro de; Leal, Maria Cristina (organizadores) // **Políticas social, família e juventude: uma questão de direitos** - São Paulo ; Cortez, 2004. Parte I capítulo: I, Parte II capítulos: I, IV, Parte III capítulos:I, III.

Procuradoria Geral da República de Portugal, Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e de Justiça Penal, Lisboa, 1995, p. 295/309.

Silva, Algéria Varela da, **Juventude e Vulnerabilidade social: No contexto intra-urbano de Natal, RN** - Natal – RN, 2008.

Soares, Leôncio Giovanetti; Gomes, Maria Amélia Gomes de Castro; Lino, Nilma. (Organizadores). **Diálogos na educação de jovens e adultos** - Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Parte II Sujeitos coletivos e políticas públicas (Juventude, Lazer e Vulnerabilidade social- Luiz Alberto Oliveira Gonçalves. Páginas 105-132.).

Sposito, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas** – São Paulo: Ação Educativa, 2003 – PG.28.

SPÓSITO, Marília. **Políticas metropolitanas de juventude: projeto temático**. São Paulo, 2002, mimeo.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. (2003), **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 24: 16-39, set./dez., São Paulo, Anped/Autores Associados.

WALSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

Sites acessados em Julho de 2012:

-Programa de erradicação das Drogas (PROERD):

<http://www.proerd.rn.gov.br>

-Conselho Estadual de Entorpecentes do RN (CONEN):

<http://www.conen.rn.gov.br>

-Projeto Guarda Mirim Ambiental:

<http://www.parquedasdunas.rn.gov.br>

e também através do:

http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/sesed_de/arquivos/cipam/portifolio%20do%20projeto%20guarda%20mirim%20ambiental.pdf

-Programa Bolsa Atleta:

<http://www.caixa.gov.br>

<http://www.seel.rn.gov.br>

<http://www.esporte.gov.br/>

-Programa Segundo Tempo:

<http://www.seel.rn.gov.br>

-Programa Pintando a Cidadania:

<http://www.seel.rn.gov.br>

-Ministério da Educação:

<http://portal.mec.gov.br/>

-Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

<http://www.mds.gov.br/>